

A formação do analista e o método em psicanálise (Como o analista chega à interpretação ou, mais precisamente, como a interpretação chega ao analista)

LUANA VISCARDI NUNES

RESUMO: O artigo faz trabalhar o problema da subjetividade do analista enquanto condição de possibilidade e de resistência à prática psicanalítica. Nossos desenvolvimentos nos levaram a considerar a formação de um analista como o processo da apropriação criativa que ele faz da psicanálise. Este processo é concebido como condição necessária para que o analista possa colocar-se em atenção flutuante. A argumentação apoia-se no conceito de sublimação, tomada como modelo para pensar o dispositivo analítico enquanto espaço de recriação de sujeitos desejanteres.

PALAVRAS-CHAVE: subjetividade do analista; método psicanalítico; formação do analista; sublimação.

Psicanalista, Membro do
Departamento Formação
em Psicanálise do
Instituto Sedes Sapientiae

A SUBJETIVIDADE DO ANALISTA E O MÉTODO PSICANALÍTICO

Na análise, como na vida, há prazer em falar. Se há eficácia no tratamento analítico, ela evidentemente deriva do fato de que o dispositivo psicanalítico, mais especificamente a regra da associação livre, convoca a falar. Os pensamentos que analisando e analista tecem a cada sessão são os móveis da “cura”. A noção de cura - importada do modelo médico - é, no entanto, inapropriada para pensar o processo analítico. Exceto se acrescentarmos a ela a ideia de que, em psicanálise, o objetivo de cura se afasta dos parâmetros médicos e aponta para a possibilidade do sujeito experimentar uma relação menos conflitiva - sublimada - com seu desejo (GOLDGRUB, 2012).

Aulagnier (1995) lembra que, na neurose, a exclusão de uma série de pensamentos resulta no empobrecimento da atividade de pensamento, sendo a inibição intelectual uma das razões do sofrimento neurótico. Nesse sentido, o primeiro efeito de prazer que o paciente poderia experimentar na e pela análise se deveria à recuperação de uma atividade de pensamento livre (AULAGNIER, 1995, p.35). Segundo a autora, o anseio por criar pensamentos novos e ter prazer com isso desempenha importante papel no trabalho compartilhado entre analista e analisando.

A abstinência do analista não supõe uma impassibilidade afetiva; ela aponta antes para um modo de se colocar diante do paciente que busca prevenir a anexação deste último ao narcisismo do praticante da psicanálise. A escuta do analista, assim como as associações do analisante, o impacto de uma interpretação e tudo aquilo que se passa no *setting* analítico, tem uma dimensão afetiva. Aulagnier (1995) acredita que a resposta do analisando à interpretação será função, entre outros fatores, de sua percepção acerca das modificações afetivas presentes no analista durante sua enunciação. Ela afirma que a interpretação que não se acompanha e que não visa qualquer modificação afetiva no analista tem menos chance de ser eficaz (p.29). A questão sem dúvida merece maiores esclarecimentos, mas penso que a ideia da autora lança alguma luz sobre a experiência de que a interpretação vem ao analista como uma surpresa, uma novidade, algo que irrompe.

Não é o *eu*¹ do analista que interpreta. A interpretação fala através do analista, mas não é dos aspectos imaginários de sua subjetividade que ela surge. Aliás, a suspensão de seu *eu* (valores, julgamentos, opiniões, etc.) constitui condição para que o analista se coloque em atenção flutuante. A interpretação parece vir do encontro das associações do paciente com um vazio de referências, que é paradoxalmente o que sustenta o analista em sua escuta. Busca-se assim ouvir o analisando em sua alteridade radical. Quando em atenção flutuante, o analista não deve querer compreender o que ouve ou explicar o que pensa. Ele se afeta pela fala do paciente.

A “verdadeira” interpretação - aquela que não resulta da interferência da teoria na prática clínica - emerge como uma surpresa ao analista. Uma interpretação nunca está dada de antemão. A metáfora freudiana, que aproxima a relação analítica da comunicação telefônica, alude à função do analista como aquele que utiliza o seu inconsciente para reagir ao inconsciente do paciente:

Constitui fato marcante que o *Ics.* de um ser humano possa reagir ao de outro, sem passar através do *Cs.* Isso merece uma investigação mais detida, principalmente com o fim de descobrir se podemos excluir a atividade pré-consciente do desempenho de um papel nesse caso; descritivamente falando, porém, o fato é incontestável. (FREUD, 1915, p.222)

Para Goldgrub (2011) é preciso que o analista mantenha em si um silêncio interno: que se “calem” nele as significações de seu próprio discurso a fim de que o sentido subjacente às significações do discurso do paciente possam manifestar-se. Interrogando-se sobre a natureza e as condições de possibilidade da interpretação, o autor aponta que o silêncio interno, necessário à compreensão de qualquer diálogo, constitui uma atitude que, se estendida às

1. Referimo-nos aqui ao conceito lacanianiano de *moi*, diferenciando-o do conceito de *je*. O *moi* corresponde ao eu imaginário, herdeiro da imagem especular que se constitui a partir do Outro no estágio do espelho. O *je*, sujeito do inconsciente, refere aquilo que em nosso ser escapa a essa alienação fundante.

dimensões bem maiores do discurso do paciente em análise, cria o estado descrito por Freud como atenção uniformemente suspensa (mais conhecida como atenção flutuante) (p.13). A escuta do analista se faz em atenção flutuante para que o sentido do discurso e não apenas a sua significação possa se fazer ouvir^[2].

Esta posição é diametralmente oposta à de Viderman (1990), que afirma que a interpretação traz a marca do analista e que “(...) a verdade de uma descoberta depende menos dos *‘observable facts’* que da **luz específica em que optou por colocá-los**” (p.187). Em nota de rodapé sobre o que Viderman (1990) considera um *“preconceito teórico”* de Wilhem Reich (p.188), o autor parece cair numa contradição de difícil superação: **como distinguir a “luz específica”** que o analista utiliza para escutar o paciente do *“preconceito teórico”* que deforma o fenômeno para ajustá-lo a uma grade conceitual prévia?

Seguindo a argumentação de Serge Viderman, talvez possamos considerar que a distinção entre *“luz específica”* e *“preconceito teórico”* visa indicar que a subjetividade do analista poderá acolher as associações livres do paciente sem necessariamente buscar no material clínico a confirmação do referencial teórico, que permitiria “descobrir” apenas aquilo que já se sabe.

Permanece, de todo modo, a questão: **Qual é o lugar da subjetividade do analista? Ela interfere sempre no sentido de prejudicar uma recepção sem preconceitos do material trazido pelo paciente?** A pessoa do analista impõe necessariamente uma resistência às análises que conduz? Ou é ele enquanto pessoa que “cura” o paciente?

Freud (1926) advoga que a interpretação independe da personalidade do analista e que a escuta livre depende em grande medida do trabalho que realiza na análise pessoal:

Quando o senhor [o analista] atingiu certo grau de autodisciplina e possui certo conhecimento à sua disposição, suas interpretações serão independentes de suas características pessoais e atingirão o alvo. Não estou afirmando que a personalidade do analista seja uma questão de indiferença para essa parte

2. Conforme indica Goldgrub (2011), os termos “significação” e “sentido” designam, respectivamente, os valores semânticos consciente e inconsciente de um discurso (p.9).

da tarefa dele. Uma espécie de agudeza em ouvir o que está inconsciente e reprimido, que não está igualmente na posse de todos, tem seu papel a desempenhar. E aqui, antes de tudo, somos levados à obrigação do analista de tornar-se capaz, por uma profunda análise dele próprio, da recepção sem preconceitos do material analítico. (p. 249/250)

Por outro lado, em *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise* (1912b), Freud assevera que as regras técnicas por ele desenvolvidas são as que melhor se ajustam à sua individualidade. Ele considera que “um médico constituído de modo inteiramente diferente possa ver-se levado a adotar atitude diferente em relação a seus pacientes e à tarefa que se lhe apresenta” (1912b, p.149). Consideramos que essa observação, que introduz o artigo, estimula o analista a rejeitar os dogmatismos e trabalhar criativamente. No entanto, é interessante observar que, no último parágrafo do mesmo artigo, o autor faz um comentário que desdiz o relativismo inicial quanto ao problema do método:

Permitam-me expressar a esperança de que a experiência crescente da psicanálise cedo conduza à concordância sobre questões de técnica e sobre o método mais eficaz de tratar os pacientes neuróticos. (p. 159)

Além das considerações sobre a eficácia, talvez Freud tenha sido levado a formular o método psicanalítico por seu rechaço ao caráter autoritário da sugestão:

Estaremos assim preparados para a assertiva de que a sugestão (ou, mais corretamente, a sugestionabilidade) é na realidade um fenômeno irreduzível e primitivo na vida mental do homem. Essa também era a opinião de Berheim, de cuja espantosa arte fui testemunha em 1889. Posso, porém, lembrar-me de que mesmo então sentia uma hostilidade surda contra essa tirania da sugestão. Quando um paciente que não se mostrava dócil, enfrentava o grito: ‘Mas o que está fazendo? *Vous vous contre-suggestionnez!*’, eu dizia a mim mesmo que isso era uma injustiça evidente e um ato de violência, porque o homem certamente tinha o direito a contra-sugestões, se estavam tentando dominá-lo com sugestões. (1921, p.114)

A FORMAÇÃO DO ANALISTA

Para pensar a questão, que ora propomos, parece ser útil desdobrá-la: Sob que circunstâncias a subjetividade do analista pode representar um obstáculo à análise de seus pacientes? Abordamos aqui os famosos “pontos-cegos” do analista: ali onde ele não escuta o paciente porque faz barulho demais a força dos próprios conflitos. A afirmação canônica de que a formação do analista estrutura-se sobre o tripé composto por análise pessoal, supervisão clínica e estudo da teoria/técnica é norteadora, mas pode esvaziar-se de seu valor se for tomada enquanto algo meramente prescritivo ou protocolar. Trata-se antes de experiências intrinsecamente necessárias à sua formação. Formar-se analista implica expor-se aos próprios conflitos: são talvez os «pontos-cegos» do analista as paradas necessárias no singular caminho que percorrerá na direção de trabalhar analiticamente.

A exigência de que o analista tenha passado pela experiência de análise não se confunde com o ideal de um analista “emocionalmente maduro”, qualquer que seja o significado dessa expressão. A psicálise culturalista^[3] enveredou por esse caminho, atribuindo ao psicanalista um papel educativo. Pensamos que as análises didáticas são uma perpetuação desse enviesamento da proposta psicanalítica. É oportuno lembrar aqui a indicação lacaniana de que o analista se autoriza por si mesmo.

Lacan (1958) aborda a questão da resistência do analista no contexto de sua crítica aos analistas do ego, que se colocam como modelos identificatórios para seus pacientes. Ele afirma que a resistência à análise é sempre a resistência do analista (p.601). Uma colocação ousada, certamente, mas que ajuda a lembrar que a resistência do paciente é esperada. A resistência do analista, embora possa ser pensada também como vicissitude possível de uma análise, cria obstáculos à escuta em atenção flutuante.

O analista não ocupa o lugar de mestre em relação ao paciente. É a coerência de sua prática com os pressupostos que circunscrevem o campo propriamente psicanalítico que fundamenta a sua autoridade. O estudo teórico, tomado

3. *Psicanálise culturalista* é a “expressão utilizada para designar a característica principal da psicanálise tal como desenvolvida nos Estados Unidos, cujos teóricos enfatizaram a adaptação à sociedade como critério de maturidade, concedendo ao ego o papel de “aliado” do psicanalista” (GOLDGRUB, 2008b, p.8).

isoladamente não é suficiente para formar um analista. Em *A questão da análise leiga* (1926), Freud afirma que a convicção que nasce da experiência de análise pessoal é necessária ao psicanalista. Sem ela, aqueles que recebem instrução teórica em psicanálise absorvem os conteúdos «tão friamente quanto outras abstrações com as quais são alimentados» (p.226).

(...) exigimos que todo aquele que quiser praticar a análise em outras pessoas se submeta ele próprio a uma análise. É somente no curso dessa «autoanálise» (como é confusamente denominada), quando eles realmente têm a experiência de que sua própria pessoa é afetada - ou antes, sua própria mente - pelos processos afirmados pela análise, que adquirem as convicções pelas quais são posteriormente orientados como analistas. (p.226)

A elaboração teórica e clínica - o modo como o analista acolhe e responde às questões teóricas e clínicas que a ele se apresentam - produz nele efeitos de formação. Cabe a cada analista articular pensamentos que lhe sirvam para alargar sua escuta clínica, sem que isso represente a sobreposição da teoria sobre o material clínico. Sobre a relação entre o saber do analista e as coisas que ele fala ao paciente, Mannonni (1992) indica que:

(...) o analista interpreta forçosamente com o seu saber ou os seus saberes - mas sobre esses saberes ele nada diz. Eles são seu mapa e sua bússola. Permitem-lhe orientar-se e a reagir analiticamente aos obstáculos com que o analisando esbarra. Talvez o analista seja um guia - mas só o analisando deve acabar por saber onde quer chegar. (p.92)

Mannonni (1992) entende que a autoridade do analista reside em seu conhecimento sobre a teoria, que lhe permitirá encontrar a intervenção apropriada. Esta última, no entanto, não deve adotar a forma de uma explicação teórica, pois nesse caso não terá a menor utilidade.

Se se trata de encontrar a intervenção adequada, essa intervenção não deve ter a aparência de uma observação teórica; uma observação teórica assemelha-se

a uma recusa do que o analisando procurava dizer. Ou então, relega-o a um lugar onde já não tem a palavra. (p.84)

Assim, se por um lado sua atuação deve estar lastreada pelo campo de imanência psicanalítico, por outro parece ser necessário para sustentar a posição analítica legitimar um espaço de vazio de referências, de escuridão e de não-saber para que se mantenha viva sua potência criativa. Não se trata apenas de não aplicar a teoria ao material discursivo do paciente, mas de renunciar a qualquer saber prévio que representaria controle e segurança ao analista.

O esteio representado pelo aparato teórico-técnico não poupa o analista de refazer o percurso inaugural de Freud. É como se cada analista tivesse que buscar aquilo que favorece nele a emergência da interpretação. Segundo Mannoni (1992), o analista que se identifica com Freud não tem ninguém a imitar. Isso sem dúvida é uma contradição, mas expressa bem as coisas que se passam em uma análise e na formação do analista. Em resumo, *“Só podemos imitar Freud se mostrarmos confiança em nós próprios”* (p.90). É nesse paradoxo que se dá a formação do analista. Não há analista sem a marca da subjetividade daquele que pratica a psicanálise. Dentro de parâmetros que circunscrevem o propriamente psicanalítico, chegamos à posição analítica somente por caminhos pessoais.

As transferências de trabalho, que ele estabelece com professores, supervisores e colegas, são partes importantes de sua formação. Por outro lado, essas mesmas transferências podem funcionar como resistência ao projeto de trabalhar analiticamente se os modelos forem tomados de modo totalizador. A expectativa de um sistema que dê conta de recobrir toda a experiência clínica é a imagem absurda da inutilidade dos mapas desmedidos de Borges^[4]. É desde o lugar de não-saber, de quem aceita o desconhecido, que exercemos a função de analistas. O analista navega em águas desconhecidas tendo como norte suas experiências anteriores e uma carta teórica aproximativa. É um ignorante douto^[5].

4. “Do rigor na ciência”, de Jorge Luís Borges.

5. Termo de Nicolau di Cusa (século XV), que é definido como “um saber mais elevado e que consiste em conhecer seus limites” (QUINET, 2002).

ANÁLISE E SUBLIMAÇÃO

O conceito de sublimação, tal como teorizado por Jacques Lacan em “O problema da sublimação” (1960), pode servir como um modelo que ajuda a entender um pouco melhor a prática de um psicanalista. Freud situa na mudança de alvo (finalidade) da pulsão - que deixa de ser sexual - o mecanismo básico do processo sublimatório. Lacan entende que a satisfação da pulsão num alvo diferente revela precisamente a natureza própria ao *Trieb* (pulsão). O autor sublinha que a pulsão, por poder ser satisfeita de muitas maneiras (diferentemente do instinto, cujo objeto é fixo), cria as condições necessárias ao processo sublimatório (LACAN, 1960, p.113). Estaria contida aí, na plasticidade essencial da economia das pulsões, a possibilidade da sublimação.

A sublimação, segundo o aforisma lacaniano, eleva o objeto à dignidade da Coisa (*das Ding*) (LACAN, 1960). Ele diferencia o objeto tal como concebido dentro de uma relação narcísica, imaginária, e *das Ding*, situando nessa diferença o problema da sublimação (p.121/122). O objeto não é a Csa: ele é um ponto de fixação que imaginariamente obtura o vazio do desejo. O objeto se inscreve dentro da economia das substituições significantes. A sublimação não, ela é um modo distinto, paradoxal de satisfação da pulsão:

É um paradoxo - a pulsão pode encontrar seu alvo em outro lugar que não seja naquilo que é seu alvo, sem que se trate aí de substituição significativa que constitui a estrutura sobredeterminada, a ambiguidade, a dupla causalidade, do que se chama de compromisso sintomático. (p.135)

Tudo parece se passar como se o objeto sublimatório, diferentemente do objeto da demanda, não se prestasse a ser um arremedo que visa tamponar a falta, mas se constituísse como uma espécie de resposta nova, criativa, às demandas do sujeito. Lacan indica, diferentemente de Freud, que não se deve buscar na valorização social, que se confere ao objeto sublimado, o móvel da sublimação. Para que o objeto seja alçado à dignidade da Coisa “é preciso que algo tenha ocorrido no nível da relação do objeto com o desejo” (1960, p.138). Que “algo” é esse? O objeto sublimado não busca evitar o desejo, pelo contrário, ele o explicita. Na sublimação «há uma identidade entre a

modelagem do significante e a introdução no real de uma hiância, um furo” (LACAN, 1960, p.149).

Essa Coisa, da qual todas as formas criadas pelo homem são do registro da sublimação, será sempre representada por um vazio, precisamente pelo fato de ela não poder ser representada por outra coisa - ou, mais exatamente, de ela não poder ser representada senão por outra coisa. Mas em toda forma de sublimação o vazio será determinante. (p.158)

Goldgrub (2008a) assinala que a “coisa” lacaniana explicita que a falta, antes de mais nada, antes de seu suposto representante, está presente (p.9). Desdobrando a indicação lacaniana, o autor propõe que o verbo da sublimação é o *fazer*. O fazer criativo em oposição ao *ter* ou *ser* o falo:

A práxis se torna mais importante do que a “recompensa” oferecida pelo resultado. O prazer na sublimação deriva da vivência da falta como prazer, na medida em que constitui a pré-condição da ação criativa. O verbo da sublimação é o fazer, que se contrapõe tanto ao “ser” (o falo) como a “ter” (o falo). O fazer pressupõe aceitação da falta, aceitação da incompletude, enquanto ser e ter pressupõem demanda (desejo) de completude, conflito com a falta (neurose e perversão), ou rejeição da falta (psicose). (p. 7)

Talvez possamos pensar a prática do analista como um fazer sublimatório. A palavra do analista desvela “a outra cena”, o inconsciente, mas não o faz de forma saturada, fechada, conclusiva: interpretar é um convite a fazer novas associações. Sabemos que a pertinência da interpretação poderá ser avaliada somente pelas associações seguintes à intervenção do analista. Na análise a posição desejante é recriada.

A análise pensada como espaço de criação de sujeitos implica na abertura do analista para a própria falta, para a sua castração. Ele sustenta em si a posição desejante (em termos lacanianos, é um *Outro castrado*). É daí, desse lugar não-todo, de quem sabe que não sabe sobre o paciente, que advém a sua capacidade de escutar a singularidade, a verdade do desejo. A relação analítica, nesse sentido, atualiza o próprio processo da constituição subjetiva na medida em que o sujeito só pode emergir enquanto tal se há um Outro barrado que o interpele.

O desejo aponta para a inexistência de um objeto que possa nos dirimir de nossa condição de faltantes. Isso porque o desejo é sempre desejo de desejo. Sua negatividade constitutiva é justamente o que em nós escapa a uma determinação identitária forjada na imagem de um “eu” (*moi*). O desejo é aquilo que no sujeito sustenta uma potência de indeterminação, condição para que as transformações possam ocorrer.

*The analyst's training and the psychoanalytic method
(How does the analyst reach the interpretation or, more
precisely, how does the interpretation reach the analyst)*

ABSTRACT: *This article approaches the problem of the analyst's subjectivity as a condition of possibility and resistance to psychoanalytic practice. It argues that the analyst's training is a process of creative appropriation of psychoanalysis itself. This process is considered as essential to the analyst's ability to reach free floating attention. Sublimation is the concept used here to conceive the analytical setting as a place to recreate desiring subjects.*

KEYWORDS: *Analyst's subjectivity; psychoanalytic method; training in psychoanalysis; sublimation.*

REFERÊNCIAS

- AULAGNIER, Piera Castoriadis. “O trabalho da interpretação. A função do prazer no trabalho analítico”. In: MAJOR, René (org). *Como a interpretação vem ao psicanalista*. São Paulo: Escuta, 1995.
- BORGES, Jorge Luis. Do rigor da ciência. In: *Obras Completas*, v. II (1952-1972). São Paulo: Editora Globo, 1999.
- FREUD, S. (1912b). *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*, v. 18.
- (1915). *O inconsciente*, v. 14.
- (1926). *A questão da análise leiga*, v. 22.

- GOLDGRUB, Franklin. Necessidade - Desejo - Demanda (2008a). Disponível em: <<http://franklingoldgrub.com/psico/wp-content/uploads/2009/08/Necessidade.pdf>>. Acesso em: 8/6/15.
- _____. “A alienação do sujeito no eu (moi) - O esquema L - A forclusão do sujeito”(2008b). Disponível em: <<http://franklingoldgrub.com/psico/wp-content/uploads/2009/08/A-aliena%C3%A7%C3%A3o-do-sujeito-no-eu.pdf>>. Acesso em: 8/6/15.
- _____. Significado - Significação - Sentido (2011). In: *Psic. Rev.* São Paulo, v. 20, n. 1, 79-91, 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/viewFile/6794/4917>>. Acesso em: 8/6/15.
- LACAN, Jacques [1949]. O estádio do espelho como formador do eu. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. [1958]. A direção do tratamento. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. [1960]. O problema da sublimação. In: *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise [1959-1960]*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- MANNONI, Octave. “O que é associar livremente?”, “O divã de Procusto”. In: *Um espanto tão intenso - A Vergonha, O Riso, a Morte*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- QUINET, Antônio. *As 4 +1 condições de análise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- VIDERMAN, Serge. *A construção do espaço analítico*. São Paulo: Escuta, 1990.

Luana Viscardi Nunes

Rua Coronel Arthur de Godoy, 149

Vila Mariana - CEP: 04018-050

São Paulo - SP

Tel: (11) 3384-0575

luana.viscardi.nunes@gmail.com